

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FARMÁCIA MUNICIPAL DE DOS VIZINHOS.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e para dar continuidade no cumprimento de Mandado Judicial. Contratação de empresa especializada objetivando a aquisição de medicamentos para atender as demandas da farmácia municipal.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da NLLCA)

A aquisição de medicamentos faz-se necessária, para atender as determinações judiciais em tempo hábil e ainda manter estoque disponível para possíveis ajustes de prescrição e solicitações de novas demandas, portanto a licitação se impõe à situação. Deste modo, restam demonstradas a necessidade e a motivação da contratação.

O Município tem a obrigação de garantir que o fornecimento seja realizado regularmente mantendo de forma adequada e eficaz o tratamento dos pacientes da rede de saúde, garantindo a qualidade do serviço oferecido.

3. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da NLLCA)

O fornecimento de medicamentos é essencial para garantir o tratamento adequado e contínuo dos pacientes da rede municipal de saúde. O município não conta com empresa própria para fabricação medicamentosa, não sendo economicamente viável a construção de uma unidade para este fim, tendo em vista, tratar-se de medicamentos judiciais.

Na iniciativa privada há diversas empresas que realizam serviços de fabricação e fornecimento de medicamentos sob demanda de item por quantidade. Em análise ao mercado, percebe-se que esta é uma solução bastante vantajosa para o problema encontrado, visto que a contratação de empresa especializada sob demanda garantiria funcionamento adequado e contínuo do serviço prestado e não geraria um custo muito alto a Administração Pública.

Assim, a motivação pela escolha do Sistema de Registro de Preços para este processo licitatório se dá pelas características do objeto, enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da NLLCA)

Como requisitos da contratação serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Anvisa;
- b) Autorização Especial de Funcionamento (AE) para farmácias, quando aplicável;
- c) Licença ou Alvará Sanitário expedido pelo órgão Estadual ou Municipal de Vigilância Sanitária, segundo legislação vigente;
- d) Certidão de Regularidade Técnica, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia da respectiva jurisdição;
- e) Manual de Boas Práticas Farmacêuticas, conforme a legislação vigente e as especificidades de cada estabelecimento.
- f) Não serão aceitos medicamentos manipulados, devido ao curto prazo de validade, exceto para os itens que só tiverem essa apresentação no mercado, conforme RDC Nº 67, de 8 de outubro de 2007.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da NLLCA)

Estima-se que haverá necessidade de um total de 8.248 (oito mil duzentos e quarenta e oito) unidades de medicamentos para o período de doze meses.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Conforme consta na “Planilha de Relação de Consumo”, para Demanda Judicial, anexada a este ETP e suas respectivas “notas explicativas”, a estimativa das quantidades foi elaborada tendo como base o histórico passado de atendimentos das ações judiciais desta natureza e que utilizam cada item na mesma proporção e frequência, conforme Pregão 165/2022, 057/2023, 066/2023 e 122/2023 considerando que há uma tendência pela manutenção dos atendimentos aos mesmos pacientes em proporções semelhantes devido a necessidade pela continuidade de seus respectivos tratamentos.

O quantitativo pormenorizado de cada medicamento solicitado consta no DFD.

Assim, a média de consumo anual, é obtida através do produto da relação entre a média de consumo mensal por produto e o período de 12 (doze) meses.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da NLLCA)

O custo total estimado da contratação é R\$ **25.722,34** (vinte e cinco mil setecentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos). A metodologia utilizada de cálculo é o preço pago por item nos últimos processos licitatórios Pregão 165/2022, 057/2023, 066/2023 e 122/2023.

7. JUSTIFICATIVA PARA NÃO AGRUPAMENTO E PARA DIVISÃO DE COTAS (art. 18 § 1º inciso VIII da NLLCA)

Sabe-se que a razão da existência da norma é a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06).

Todavia, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, bem como da Lei nº 14.133/21 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A CF prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes; já a Lei de Licitações dispõe que o processo deve garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Apesar de a Lei nº 13.618/2023 prever a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), apesar de a Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto das ME e EPP) prever a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 47 c/c art. 48, I, esta prevê também exceções à aplicabilidade desses artigos, caso não haja um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no edital (art. 49, II), bem como **em juízo de vantajosidade à administração e/ou para evitar prejuízo ao objeto** (art. 49, III).

É temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição, uma vez que a maioria dos fornecedores não se enquadram nos critérios para ME/EPP. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. Não seria vantajoso para a administração vedar a participação de empresas de grande porte, pelo contrário, a licitação destinada a ampla concorrência permite a participação tanto de empresas enquadradas como micro e pequenas quanto as demais.

Diante do exposto, em razão da imprescindibilidade do fornecimento contínuo de medicamentos aos usuários do Sistema Único de Saúde, considerando o risco presente na concessão da exclusividade, considerando ainda a preservação da competitividade do certame, a garantia da isonomia e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;

Ainda, considerando que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006.

Conclui-se, que o item não terá cota reservada exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, pois, é quase irreparável o dano trazido aos usuários pela falta de



medicamentos que dependem para o controle de suas doenças crônicas; pela previsibilidade do dano à população pela descontinuidade dos tratamentos e/ou atendimentos de saúde, além de proteger o interesse público primário dos usuários quando da necessidade de medicamentos para as ações em saúde.

Desta forma, será destinada à participação de todo e qualquer interessado nos termos da Constituição Federal, e no art. 49, inciso III da LC 123/2006:

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da NLLCA)

Para suprir a necessidade de abastecimento e dar continuidade no atendimento periódico da farmácia municipal e suas unidades, o Município de Dois Vizinhos possui contrato com fornecedores de medicamentos essenciais, conforme pregão 135/2023. Porém os medicamentos obtidos através de decisões judiciais, são licitados em processos apartados, por se tratarem de medicamentos específicos não englobados na tabela SUS e conforme a necessidade, concedido em processo judicial, ou seja, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e nem interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da NLLCA)

Trata-se de aquisição de medicamentos para atendimento à população em cumprimento de mandados judiciais, evitando interrupções no tratamento dos pacientes que já fazem uso, bem como, para os que iniciarão, o que acarretaria prejuízo nos serviços prestados junto à população bem como o pagamento de multa diária, paga pelo Município em caso de descumprimento dos mandados judiciais. Para isto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos, garantindo a qualidade do serviço oferecido.

10. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da NLLCA)

A presente aquisição encontra-se respectivamente em “Aquisição de medicamentos para atender as demandas judiciais da Secretaria Municipal de Saúde” número identificador 304 prevista no Plano Anual de Compras/Contratações de 2024.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da NLLCA)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da NLLCA)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da NLLCA)

Diante das análises deste ETP, pretende-se com a presente aquisição manter o abastecimento da farmácia municipal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Dois Vizinhos. Através da contratação de empresa especializada para dar continuidade no serviço de



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

forma eficaz, fornecendo os medicamentos para o paciente e cumprindo os mandados judiciais normalmente, com contratação sob demanda, por menor preço por item. Espera-se garantir a confiabilidade, eficiência e continuidade no tratamentos dos pacientes que já utilizam os produtos, evitando futura responsabilização da Administração Pública com a interrupção dos mesmos.

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da NLLCA)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para aquisição de medicamentos judicializados para proteção e recuperação da saúde dos pacientes conforme as demandas da farmácia municipal da Secretaria de Saúde.

Dois Vizinhos, 21 de Março de 2024.

Claudete Meurer
Gestora de Saúde

Maridiana de Souza
Coordenadora de Serviços Complementares
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 18502-1